

A IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA NAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS

OLIVEIRA, I. A. T de¹; SANTOS, J. D. F dos²; GONDEK, N. do R.³

RESUMO - Em virtude da complexidade da economia, da expansão e competitividade dos mercados, verifica-se uma busca das empresas por instrumentos de auxílio para planejamento e controle de recursos financeiros. Tal fato resulta da necessidade de adequação no uso dos recursos disponíveis, a fim de salvaguardar a atividade empresarial e alcançar com maior facilidade os objetivos traçados pela empresa. O sucesso empresarial demanda cada vez mais do uso de práticas financeiras apropriadas. A realidade aponta para gestores sedentos por informações que irão auxiliar em seu processo decisório. Neste trabalho, destaca-se a importância da Demonstração do Fluxo de Caixa nas cooperativas agroindustriais. O trabalho é baseado em um levantamento bibliográfico dos principais aspectos da análise financeira das cooperativas.

Palavras-chave: Análise. Demonstração de Fluxo de Caixa.

The importance of cash flow statement in agribusiness cooperatives

ABSTRACT - Considering the economy's complexity, the expansion and competitive markets, there is a increasing global need for tools that assist in the planning and control of resources of the enterprises. This is occurs because the enterprises needs use better its reseurces, in order to safeguard the business activity and the company achieve the desired goal. The business success increasingly demand the use of appropriate financial practices. The reality points to starved managers of relevant information that will assist your decision making process. The objective of this work is to show the importance of the Statement of Cash Flows in agribusiness cooperatives, which are distinguished from public corporations to have shape and legal nature. This is a literature search on the key aspects of financial analysis.

Keywords: Analysis. Statement of Cash Flow.

¹ Acadêmica em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - FARESC – c-eletrônico: angelita.isinha@gmail.com.

² Acadêmica em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - FARESC – c-eletrônico: joanadarcsfarias@yahoo.com.br.

³ Acadêmica em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba - FARESC –c-eletrônico: nathaly.gondek@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Empresas que visam manter-se no mercado devem possuir excelentes planejamento estratégico e orçamentário, relacionamento com seus cooperados, bem como flexibilidade e inovação para transformar suas empresas em modelos de sucesso. Além disso, pensar em questões ambientais e proporcionar uma boa remuneração para seus cooperados, também, pode ser de muita valia. Porém, como isso demanda tempo e dinheiro, não é fácil reunir todos esses quesitos, por isto é necessário uma análise diária da situação da empresa.

A análise da situação econômico-financeira nas empresas é necessária para o apoio à tomada de decisões. Tal análise é feita com o uso dos demonstrativos financeiros da empresa, nos quais podem ser identificados pontos fortes e fracos dentro da organização, bem como apresentar as prioridades para solucionar problemas.

Uma das demonstrações financeiras mais importantes para uma empresa é a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC). Ela apresenta de forma organizada, todas as fontes de recursos e suas aplicações, o que permite um planejamento financeiro de fluxo de caixa adequado às necessidades da empresa.

Com grande espaço no mercado brasileiro, as cooperativas agroindustriais, responsáveis pela alavancagem comercial e financeira no *agribusiness*, são o foco deste trabalho no qual será feita uma explanação sobre a atividade e a importância da DFC neste segmento.

Este estudo apresenta o tema fluxo de caixa nas cooperativas agroindustriais em três seções, no qual a primeira seção introduz o assunto da história do cooperativismo, seu conceito e princípio do mesmo. A segunda seção explica a estrutura, conceito, objetivos e os métodos do fluxo de caixa. A terceira discorre sobre a importância do fluxo nas cooperativas e a quarta discute a administração desta ferramenta.

2 COOPERATIVISMO

2.1 HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

O Cooperativismo agroindustrial é um movimento, um modelo socioeconômico, uma história de vida a qual tem a capacidade de unir e desenvolver o bem-estar social da humanidade. Suas referências fundamentais são: participação democrática, independência, solidariedade e autonomia. É uma

organização de pessoas baseada em valores e responsabilidades mútuas, sempre associadas às lutas pela sobrevivência, às crises econômicas, políticas e sociais, bem como às mudanças. O sistema é fundamentado na reunião de pessoas, não visa lucros, independente de qual etnia pertença. O cooperativismo visa à alternativa do equilíbrio econômico entre seus participantes (COAMO, 2014).

Teve início no século 18, com a grande Revolução Industrial na Inglaterra, onde a mão de obra foi desvalorizada, a jornada de trabalho aumentou e as dificuldades econômicas surgiram para toda a população principalmente trabalhadora. Em conjunto, classe operária e liderança, resolveram sair em busca de novas atitudes, e foi aí que surgiu uma organização formal, chamada de cooperativa.

O site do Sistema Ocepar destaca como surgiu o cooperativismo, e como se dava o apoio mútuo.

O cooperativismo nasceu entre trabalhadores ingleses que buscaram na cooperação solidária a solução para os problemas econômicos causados pela concentração do capital. Apoiados em teorias de pensadores e filósofos estabeleceram princípios norteadores, baseados nos valores de auto ajuda, que significa que cada indivíduo pode e deve tentar controlar sua própria vida e, através de ação conjunta com outras pessoas alcançar seus objetivos; autor-responsabilidade, no sentido de todos os cooperados assumirem a responsabilidade pela cooperativa; igualdade, que se manifesta no processo decisório da cooperativa, no qual cada cooperado tem o mesmo direito a voto; equidade, isto é, os cooperados que participam da cooperativa de modo idêntico devem ter retorno econômico equivalente e solidariedade, que é a ação coletiva para satisfazer as necessidades individuais de cada cooperado desde que coincidente com as necessidades de todos os cooperados. (SISTEMA OCEPAR, 2014)

Segundo o site do Brasil Cooperativo, pode-se observar o nascimento de uma grande ideia.

Então, 28 operários, em sua maioria tecelões, se reuniram para avaliar suas ideias. Respeitaram seus costumes, tradições e estabeleceram normas e metas para a organização de uma cooperativa. Após um ano de trabalho acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo, em 21-12-1844, no bairro de Rochdale-Manchester (Inglaterra).(BRASIL COOPERATIVO, 2014).

O cooperativismo é a colaboração e associação de um grupo de pessoas que visam satisfazer as suas necessidades econômicas pessoais, sociais e culturais. Uma economia solidária que se propõe a obtenção de um desempenho econômico eficiente, por meio da qualidade e da confiabilidade dos serviços que

presta aos próprios associados e aos usuários. Seus associados acreditam nos valores de honestidade, transparência, responsabilidade social e para com seus semelhantes.

Cooperativa é composta e constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar algo em benefício comum, de uma determinada atividade. sem fins lucrativos, formado por uma sociedade de pessoas, regulada por uma lei especial e a qual é única e exclusiva para a prestação direta de serviços, sendo que o associado cooperado é dono e usuário desta organização.

2.2 PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

Os Princípios do Cooperativismo, aperfeiçoados pelos “Probos Pioneiros de Rochdale” foram aprovados e incorporados ao Estatuto Social da Cooperativa criada no ano de 1844 e reformulado nos Congressos de 1937, 1966 e 1995 da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Os congressistas agroindustriais dividiram em sete os princípios básicos que norteiam os valores e os colocam em prática. São eles:

- Adesão voluntária e livre - As cooperativas são organizações voluntárias abertas e aptas para a utilização de seus serviços.
- Gestão democrática e livre - Seus membros podem participar das tomadas de decisões e na criação de novas políticas, homens e mulheres são escolhidos através de seus votos para que os representem.
- Participação econômica dos membros - Os membros contribuem com um valor estipulado pela cooperativa na qual ele deseja se associar, fazendo assim com que este valor seja de uso exclusivo do órgão. A pessoa passa então a ser associada, recebendo ao final de cada exercício um valor que será dividido do capital social.
- Autonomia e independência - São companhias

autônomas, que possuem ajuda mútua de seus associados.

- Educação, formação e informação - As cooperativas ajudam na formação de seus membros, podendo ser estes representantes, associados e trabalhadores, para que possam contribuir para o desenvolvimento do grupo.
- Intercooperação - Trabalham em conjunto para fortalecer o cooperativismo e atender de forma eficaz seus membros;
- Interesse pela comunidade - Trabalham para o crescimento com desenvolvimento sustentável, através da ajuda dos cooperados.

2.3 CONCEITO DE SOCIEDADE COOPERATIVA

Segundo artigo 1.094 do Código Civil e nos incisos do art. 4º.

Art. 4º - As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características:

- Sociedade de pessoas;
- Forma e natureza jurídica e forma jurídica própria;
- De natureza civil;
- Não sujeitas à falência;
- Objetivo fundamental (prestação de serviços).

Cooperativa é composta e constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar algo em benefício comum, de uma determinada atividade. sem fins lucrativos, formado por uma sociedade de pessoas, regulada por uma lei especial e a qual é única e exclusiva para a prestação direta de serviços, sendo que o associado cooperado é dono e usuário desta organização.

3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

3.1 CONCEITO DA DFC

Conforme António Borges e Azevedo Rodrigues (2008, p. 44) a demonstração de fluxo de caixa é um quadro de informação histórica detalhada que evidencia os recebimentos e os pagamentos de uma empresa, durante um determinado período de tempo.

Trata-se de um quadro que tem por objetivo responder a uma questão simples, mas que preocupa muitos empresários que é saber de onde veio o dinheiro e onde foi aplicado.

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) apresenta informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetam o caixa da empresa ao longo de um determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, a fim de proporcionar melhor compreensão e articulação entre os diversos componentes das demonstrações financeiras, ou seja, é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira da empresa. (CAMPOS FILHO, 1999, p. 34)

A demonstração permite que os empresários junto com seus administradores tenham um controle sobre as entradas e as saídas de dinheiro que a empresa já efetuou. Assim, a DFC é um importante mapa para a análise e o planejamento financeiro, pois juntamente com os demais demonstrativos, dá suporte para completar e consolidar o processo de análise da situação das entidades nas tomadas de decisões.

As atividades empresariais têm como objetivo obter resultados satisfatórios, mas para alcançarem estes resultados é fundamental monitorar o fluxo de caixa através da Demonstração de Fluxo de Caixa, ou seja, controlar as entradas e saídas de recursos e um planejamento adequado para os períodos futuros. Para alcançar a eficácia, deve-se ter um acompanhamento periódico com atualizações constantes da DFC.

3.2 OBJETIVO DA DFC

O fluxo de caixa tem como objetivo principal ser um instrumento aparentemente simples de ser definido, mas pode tornar-se difícil demonstrá-lo dentro de determinado padrão, pois alguns administradores têm dificuldades em analisar, entender e até mesmo elaborar um fluxo de caixa.

Por isso, com a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa, os usuários da mesma tem uma visão de toda movimentação do caixa nos períodos anteriores, o que lhes dá uma ótima ferramenta de planejamento, de tomada de decisão através da qual poderão embasar as decisões tomadas no planejamento do fluxo de caixa. Essa demonstração permite que investidores, credores e outros usuários

avaliem:

- A capacidade da empresa em gerar fluxos líquidos positivos ao caixa, ou seja, conseguir gerar fluxos com saldos positivos.
- A capacidade da empresa em honrar os seus compromissos, pagar dividendos e retornar os empréstimos obtidos na data do seu vencimento;
- A liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa, através da boa gestão do fluxo de caixa;
- O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;
- Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimentos e de financiamentos (CAMPOS FILHO, 1999, p. 48).

O objetivo principal da DFC, segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 351), “é prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro de uma empresa, ocorridos durante um determinado período”, facilitando o processo de administração dos recursos disponíveis na empresa.

Para Thiesen (2000, p. 10), a DFC “permite mostrar, de forma direta ou mesmo indireta, as mudanças que tiveram reflexo no caixa”, identificando suas origens e aplicações.

Segundo Marion (1998, p. 380), a DFC “indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período”, o autor lembra também que deve constar na DFC o Resultado do Fluxo Financeiro.

Outro objetivo importante da Demonstração do fluxo de caixa é proporcionar aos usuários uma análise criteriosa do desempenho do fluxo financeiro da empresa, pois só assim o gestor poderá medir, compreender os resultados, visualizar as deficiências e evitar eventuais desajustes, observações estas que conduzem a uma melhor tomada de decisão. Conhecer o desempenho e as necessidades do fluxo financeiro é de grande utilidade para o seu gestor, pois esse conhecimento é peça indispensável para apreciar a situação financeira da empresa e fazer as previsões futuras.

Segundo Gitman, (1997, p. 46) por meio de uma gestão de caixa adequada chegar-se-á a maiores

lucros em função, sobretudo, da diminuição das despesas financeiras.

Sendo esta demonstração um importante instrumento de gestão, possibilita que os administradores financeiros conheçam o volume de capital necessário, para programar os compromissos futuros, bem como sistematizar e sincronizar a alocação de recursos para suprimento de caixa e/ou investimentos.

3.3. MÉTODOS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

A DFC pode ser elaborada, segundo Neves e Viceconti (1998), de duas formas: o método direto e o método indireto.

3.3.1 MÉTODO DIRETO

O método direto, conforme descrito por Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 355), “explicita as entradas e saídas brutas de dinheiro dos principais componentes das atividades operacionais, como recebimentos pelas vendas de produtos e serviços e os pagamentos a fornecedores e empregados”, resultando ao final no volume líquido de caixa provido ou consumido pelas operações da empresa.

A elaboração da DFC pelo método direto encontra-se representada a seguir:

FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais:

Venda de mercadorias e serviços (+)
Pagamento de fornecedores (-)
Salários e encargos sociais dos empregados (-)
Dividendos recebidos (+)
Impostos e outras despesas legais (-)
Recebimento de seguros (+)
Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:
Venda de imobilizado (+)
Aquisição de imobilizado (-)
Aquisição de outras empresas (-)
Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:
Empréstimos líquidos tomados (+)
Pagamento de leasing (-)
Emissão de ações (+)
Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa - início do ano
Caixa e equivalentes de caixa - final do ano

Figura 1 - DFC pelo método direto

Fonte: TELES, 1997, p. 69.

Para Campos Filho (1999), existem vantagens e desvantagens da utilização do método direto. As vantagens são condições favoráveis para que a classificação dos recebimentos e pagamentos seja feita por critérios técnicos e não fiscais; introduz com mais rapidez a cultura de administrar pelo caixa; e facilita a disponibilidade das informações sobre o caixa diariamente. Já como desvantagens surge o custo adicional e a dificuldade para classificar recebimentos e pagamentos.

O método direto demonstra todos os pagamentos e recebimentos relativos à atividade operacional das empresas, considerando assim: as compras a vista; o pagamento das duplicatas; o pagamento das despesas com salários e encargos; as demais despesas administrativas, gerais e comerciais; as vendas a vista; o recebimento das duplicatas por vendas a prazo; e outros recebimentos decorrentes das atividades sociais da empresa.

O *International Accounting Standards Board* (IASB) acredita que o método direto fornece mais informações úteis e estimula as empresas para esse método, mas aproximadamente 2% a 3% das

empresas utiliza o método direto. Esse percentual pode ser menor em alguns países como, por exemplo, uma pesquisa realizada pelo (1995) revelou que, entre 300 empresas que responderam apenas uma indicou o método direto.

3.3.2 MÉTODO INDIRETO

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2000, p. 355), “o método indireto faz a conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações”, permitindo que o usuário avalie quanto do lucro está sendo transformado em caixa a cada período.

A Figura descrita a seguir apresenta a demonstração da estrutura da DFC, quando elaborada pelo método indireto.

FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa
Fluxo de caixa das atividades operacionais:
Lucro líquido
Depreciação e amortização (+)
Provisão para devedores duvidosos (+)
Aumento/diminuição em fornecedores (+/-)
Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-)
Aumento/diminuição em contas a receber (+/-)
Aumento/diminuição em estoques (+/-)
Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:
Venda de imobilizado (+)
Aquisição de imobilizado (-)
Aquisição de outras empresas (-)
Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:
Empréstimos líquidos tomados (+)
Pagamento de leasing (-)
Emissão de ações (+)
Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalentes de caixa - início do ano
Caixa e equivalentes de caixa - final do ano

Figura 2 - DFC pelo método indireto

Fonte: TELES, 1997, p. 69.

A diferença efetiva existente entre o método direto e o indireto é a estruturação do fluxo de caixa das atividades operacionais, pois conforme afirmam Perez Jr. e Begalli (1999, p. 179) “o método indireto parte do resultado das operações sociais, isto é, o lucro líquido do período, ajustado pelas despesas e receitas que não interferem diretamente no caixa ou disponibilidades da entidade, tais como depreciações, amortizações, exaustões”.

Existem também vantagens e desvantagens no uso do método indireto. Segundo Campos Filho (1999), as vantagens são: o baixo custo, pois utiliza apenas o balanço dos dois últimos períodos, a DRE e algumas informações complementares, e concilia lucro contábil com fluxo de caixa operacional líquido, mostrando como se apresenta a diferença entre eles.

Como desvantagem, surge o tempo necessário para gerar as informações pelo regime de competência e só depois convertê-las para o regime de caixa.

4 A IMPORTÂNCIA DA DFC NAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS

Fica evidente a relevância da Demonstração de Fluxo de Caixa quando analisadas as informações nela contida e a quantidade de decisões que são afetadas com uma análise correta destas informações. Quando combinada com outras demonstrações como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado dos Exercícios, a DFC oferece uma disposição financeira organizada por atividades das empresas e proporciona uma análise bastante abrangente, pois refere-se a capacidade da empresa em honrar seus compromissos, pagar dividendos e empréstimos obtidos; à liquidez, solvência e flexibilidade financeira; à aplicação dos excessos de caixa da empresa, que permite a escolha das melhores alternativas de investimento; ao grau de precisão das estimativas passadas de fluxos de caixa, por meio do qual o administrador poderá visualizar a adequação ou não das decisões tomadas com reflexos monetários; ao desempenho operacional; ao efeito das transações de investimento e financiamento sobre a posição financeira; à capacidade de gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; entre outras contribuições.

A recente crise mundial causou alguns reflexos no Brasil, onde as cooperativas se veem obrigadas a

cobrar uma nova postura de seus gestores, mediante controle e planejamento econômico-financeiro para permanência no mercado. Por se tratar de instituições sem fins lucrativos, as mesmas necessitam de equilíbrio financeiro para permanecer vivas, estar em constante crescimento, oferecer cada vez mais qualidade nos serviços prestados com preços acessíveis ao bolso da população e proporcionar boa remuneração para seus funcionários com salários justos e maior rentabilidade e suporte para seus cooperados. As cooperativas agroindustriais trabalham com exportação de produtos *in natura*, mais conhecidos como *commodities* e industrialização desses produtos, além de investir em pesquisas para o desenvolvimento de sementes cada vez mais férteis e produtivas. Também costumam lidar com volatilidade de mercados, quando mercenciam *commodities*, tendo como principal ferramenta de gestão a DFC, que garante um caixa adequado, de forma não apenas a evitar problemas, mas também para aproveitar oportunidades de maximização de ganhos.

A qualidade do solo, das sementes e as condições climáticas afetam diretamente as safras e conseqüentemente, a cooperativa. Com uma boa gestão financeira pode-se decidir investir mais em sementes produtivas, nutrição do solo, ou até mesmo aumentar a quantidade a industrializar, para permanecer no mercado interno ou priorizar a exportação. Um fluxo de caixa bem ajustado às necessidades da cooperativa garante os investimentos necessários para fortalecer a cooperativa, agregando cada vez mais cooperados.

De acordo com a Lei Federal Nº 5.764/71, a forma e a natureza da sociedade cooperativa é própria. Não se confundindo com nenhum outro tipo de pessoa jurídica. Neste sentido, alguns estudiosos chegam a dizer que a cooperativa é um misto de associação, com a sua estrutura societária simples, e de sociedade empresária, onde há possibilidade de crescimento econômico e complexidade de operações. Mas a principal diferenciação é o papel do “proprietário” da sociedade, isto é o cooperado, que difere de todos os cotistas ou acionistas. Na cooperativa o sócio cooperado é ao mesmo tempo “dono da sociedade”, possuidor de cotas-partes, usuário e fornecedor. A distribuição de resultados não é com base no capital e o próprio conceito de “sobras” em diferenciação ao lucro das sociedades empresárias.

O *quorum* de instalação e deliberação nas

assembleias é baseado no número de associados e não no capital. Cada associado tem direito de levantar questões, fazer sugestões e votar nos assuntos em pauta. A cooperativa só pratica atos pelo e para o cooperado, é sociedade auxiliar, ligando o cooperado ao mercado. A demonstração de Fluxo de Caixa é a ferramenta financeira mais importante para o cooperado que, ao analisar as origens e aplicações de seus recursos, tem embasamento para elaborar sugestões de investimentos e levantar questões sobre as aplicações feitas além de planejar e conciliar os eventos financeiros futuros mediante fluxo de caixa.

5 ADMINISTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NAS COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS

Segundo Gitman (2002, p. 586) “O planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se tem certeza quando haverá caixa suficiente para sustentar as suas obrigações, ou dar-lhes crédito quando se necessitar de financiamentos.” A DFC, como uma ferramenta objetivamente financeira, auxilia no planejamento de investimentos e toda estrutura de giro nos estoques afim de maximizar os lucros e possuir um caixa adequado. Nem sempre um caixa alto significa situação confortável para a empresa pois esse recurso que encontra-se parado poderia ser investido em outros setores mais rentáveis. De acordo com Assaf Neto e Silva (2002, p. 39): “É neste contexto que se destaca o fluxo de caixa como um instrumento que possibilita o planejamento e o controle dos recursos financeiros de uma empresa. Gerencialmente, é indispensável ainda em todo o processo de tomada de decisões financeira.” Desse modo um bom planejamento de fluxo de caixa permite que as decisões certas sejam tomadas nos momentos certos, o que garante uma melhor captação e aplicação de recursos.

Para Campos Filho, (1993, p. 109) “O fluxo de caixa projetado é a ferramenta de que dispõe o administrador financeiro para visualizar com antecedência a situação descritiva e evitar que ela ocorra.” Ao visualizar a projeção do fluxo de caixa o administrador tem tempo hábil de tomar atitudes que adaptem o fluxo de caixa de acordo com suas expectativas.

Como ferramenta de gestão, é de extrema importância, devendo-se sempre levar em conta as suas variações diárias. Uma conciliação bancária

diária vai garantir um rigoroso controle das operações financeiras, uma vez que o saldo do caixa não coincide com o banco por existirem recebimentos e emissões de cheques. O nível de detalhamento das estimativas do fluxo de caixa dependerá do tipo de atividades ou serviços cogitados pela empresa, as quais podem ser simples, detalhadas ou até mesmo as mais criteriosas possíveis (NEVES, 1998, p. 63).

Para um bom planejamento de fluxo de caixa é importante que o administrador desenvolva um modelo que satisfaça as características da cooperativa. Todas as informações de entrada e saída de dinheiro devem estar nesse fluxo que pode ser feito como uma planilha. É imprescindível que as informações estejam corretas pois um simples centavo pode interferir na decisão quando se tratam de grandes quantidades, como é o caso da agroindústria.

Um dos fatores que requer mais atenção nas cooperativas agroindustriais é o clima. As condições climáticas afetam diretamente as safras, o que reflete diretamente em aumento ou redução de lucros por períodos. Alguns desses fatores climáticos podem ser previstos, como grandes chuvas na primavera e possíveis geadas no inverno, porém quando um deles se torna muito intenso, pode prejudicar uma safra inteira. As pragas também exigem atenção especial, pois estão cada vez mais resistentes aos agrotóxicos, e nocivas às plantações.

V isando minimizar os danos causados por fatores naturais que fogem ao controle do ser humano, as cooperativas investem em pesquisas de ponta para desenvolver sementes cada vez mais resistentes a pragas e geadas ou estiagens. Fazem também parcerias com empresas de maquinários para que estes estejam de acordo com as necessidades atuais das cooperativas, para que as colheitas possam ser realizadas com máxima eficiência. Além de investir em desenvolvimento de novas tecnologias para auxiliar em todos os processos da cooperativa.

Desde a armazenagem dos grãos, passando pela industrialização até a distribuição, tudo deve estar previsto para que o fluxo de caixa não fique apertado demais, não permitindo reparos emergenciais decorrentes de fatores externos naturais. Para isso é desenvolvida uma política de riscos com base na DFC, onde estarão previstos os limites de crédito e a qualidade dos *hedges* (investimentos com características de seguro para compensar perdas). Nos termos dessa política, os riscos de mercado são

protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira (BORGES, 2008, p. 76).

Em uma breve análise da DFC de duas das principais cooperativas do Brasil, a C. Vale e a Coamo, podemos identificar algumas peculiaridades: A Coamo conseguiu em 2012 e 2013, gerar caixa com as atividades operacionais. Já a C. Vale, demonstrou que não foi gerado caixa com as atividades operacionais, permanecendo este negativo desde 2012, onde era significativamente maior o déficit. Nas cooperativas agroindustriais as atividades operacionais dizem respeito à comercialização de commodities e industrialização destes insumos. Uma redução dos fornecedores pode ser ocasionada por redução de cooperados ou por perdas na produção, o que reduz as origens de recursos. Como os cooperados são também os donos das cooperativas, levamos o raciocínio no sentido de que o Capital Social é constituído por quotas iguais de cada cooperado, mas não lhes garante privilégio por quantidade de quotas, pois se trata de requisito para ingresso na cooperativa. Esse Capital Social é o instrumento que dá direito ao uso da estrutura e ao mesmo tempo possibilita a feitura desta estrutura que será disponibilizada ao cooperado (usuário e fornecedor). Não é investimento no mercado de ações.

Em uma empresa de capital, quando um sócio se retira da sociedade, sua quota é absorvida pelos demais sócios. Já nas cooperativas, ele é variável de acordo com a entrada ou saída de cooperados. Um ponto importante que observamos na DFC da Coamo é o Pagamento de Capital Social, que é justamente a devolução ao cooperado que se retira, da sua quota integralizada anteriormente. Em diversos momentos da lei das cooperativas nota-se que a vontade do legislador é instituir a noção de que os cooperados passam, mas a cooperativa permanece. Assim, se um dia a cooperativa liquidar-se todo o patrimônio deve ser encaminhado ao governo, art 68. prova que a cooperativa é lastro e não empreendimento, e diante do exposto entendemos que:

- Capital mínimo de ingresso na cooperativa é um só valor uniforme para todos os cooperados independente da época em que se ingresse na sociedade, pois baseada em cotas partes e não em reais; (exceção para capital proporcional).
- A legislação veda qualquer benefício ao

capital exceto juros – art. 24, §3º;

- Capital mínimo é condição de permanência ou ingresso na sociedade – art. 35, V[10];
- A cooperativa que não possuir capital social mínimo pode ser dissolvida, art. 63, VII[11];
- O capital social é fator de ingresso na sociedade, pois configura propriedade de parte da cooperativa pelo cooperado e lastro para a prestação de serviços;
- Não há forma de reajustar ou manter o valor do capital, se comparado com o mercado a não ser juros de 12% previstos no art. 24, §3º;
- A correção de capital dos associados que deixaram a cooperativa é custo para a sociedade e é repartida

entre todos os sócios;

- Capital social no cooperativismo é possibilidade de uso da sociedade e não investimento financeiro, como o é nas sociedades empresárias;
- A vedação de correção de capital de associados se estende, por estrutura a ex-cooperados, pois assim teríamos vantagem no rompimento do vínculo.

Portanto, capital social na sociedade cooperativa é lastro para prestação de serviços desta para o cooperado e não se pode, por determinação legal, haver distribuição de qualquer espécie de benefício às quotas-partes do capital ou estabelecer outras vantagens ou privilégios, financeiros ou não, em favor de quaisquer associados ou terceiros.

CONCLUSÃO

O presente trabalho permite a constatação da importância da DFC em cooperativas agroindustriais como uma ferramenta de gestão financeira, atendendo de maneira eficiente e eficaz a necessidade dos cooperados em analisar informações financeiras pertinentes ao seu investimento uma vez que são proprietários e ao mesmo tempo usuários da cooperativa. Pode-se observar que independente de ser feita pelo método direto ou indireto, a DFC fornece informações relevantes para a elaboração de um fluxo de caixa ajustado e adequado às necessidades particulares de cada tipo de empresa. Com a utilização correta desta demonstração tanto os gestores como os clientes conseguem visualizar de maneira clara e objetiva os recursos e aplicações efetuadas em períodos anteriores, e conseqüentemente projetar novos investimentos.

REFERÊNCIAS

BORGES, A.; RODRIGUES, A. **Contabilidade e finanças para gestão**. São Paulo, 2008.

BRASIL COOPERATIVO. **Cooperativismo – Forma ideal de organização**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/index.asp>>. Acesso em: 12/03/2014.

CAMPOS FILHO, A. **Demonstração dos fluxos de caixa: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa**. São Paulo: Atlas, 1999.

COAMO. Agroindustrial cooperativa. Princípios do cooperativismo. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/p=YWxyb3RsaXMvY2Vlem90aXJhdmFzbWVAemh6P2FkYXI9Nzk=>>. Acesso em: 12/03/2014.

COOPERATIVAAGROINDUSTRIAL BOM JESUS. Disponível em: <<http://www.bj.coop.br/cooperativismo/artigo/Institucional>>. Acesso em: 12/03/2014.

Demonstração do Fluxo de Caixa da Cooperativa Agroindustrial C. Vale. Disponível em: <http://www.cvale.com.br/demonstracoes/2012/fluxo_caixa.html>. Acesso em: 12/03/2014.

FILHO, C. A. P. M.; MARINO, M. K.; CONEJERO, M. A. **Gestão Estratégica em Cooperativas Agroindustriais**. Disponível em: <<http://www.regeusp.com.br/arquivos/v11n2art5.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

História do Cooperativismo. Disponível em: <<http://cooperativajuizesrs.com.br/historia.pdf>>. Acesso em: 12/03/2014.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

KRISHNAN, G. V., LARGAY III, J. A. The predictive ability of direct method cash flow information. **Journal of Business Finance & Accounting**, 27 (1) & (2), january/March 2000, 0306-686X.

LEMES JUNIOR, A. B., et al. Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

NEVES, S. das, VICECONTI, P. E. V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 7. ed. ampl., rev. e atual. São Paulo: Frase Editora, 1998.

PEREZ JÚNIOR, J. H.; BEGALLI, G. A. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SISTEMA OCEPAR. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/>>. Acesso em: 12/03/2014.

THIESEN, J. A. de O. A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento na tomada de decisão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, n. 100, p. 8-13, mai./2000.